

UMA DISCUSSÃO ESPACIAL A PARTIR DAS CARTOGRAFIAS SOCIAIS E A REPRESENTAÇÃO DE TERRITORIALIDADES ESPECÍFICAS

Marcelo Cunha Varella¹
Letícia Ayumi Duarte²
Pedro Martins³

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo realizar uma análise dos fascículos do “Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil”, disponíveis no seu sítio oficial. Toma-se como referência os conceitos de conflito territorial, territorialidade específica, espaço social e populações tradicionais. Para atender ao objetivo traçado, foram analisados os treze fascículos do projeto disponibilizados no sítio oficial, observando-se o contexto no qual foram desenvolvidos, bem como a estrutura das informações das comunidades mapeadas. Além disso, visando obter maior proximidade com o processo de construção dos fascículos, foi realizada uma entrevista semiestruturada com um dos responsáveis pela produção do fascículo 9. Conclui-se que as territorialidades específicas representadas nos mapas demonstram bem o seu conteúdo, mas não suas formas, e essa ausência da representação dos limites físicos impede o uso dos mapas em processos legais. Além disso, a não representação das territorialidades específicas induz à falsa ideia de vazios demográficos.

Palavras-chave: Cartografia social; Populações tradicionais; Conflitos territoriais; Territorialidades específicas.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the fascicles of the project “New Social Cartography of Traditional People of Brazil” available on the official website of the project. The concepts used as reference are territorial conflicts, specific territoriality, social space and traditional populations. To achieve the objective set, it was analyzed the context in which the thirteen fascicles of the project were developed, and the structure of the information of the mapped communities. Furthermore, in order to obtain a satisfactory proximity to the elaboration process of the fascicles, a semistructured interview was conducted with one of those responsible for producing the fascicle 9. The conclusion is that the maps show the tenor of the specific territorialities, but it doesn't show the form of it, and this lack of representation of the spatial boundary preclude the use of maps in lawsuits. Add to that, the lack of boundary to represent specific territorialities induces the misconception of demographic emptiness.

Keywords: Social cartography; Traditional populations; Territorial conflicts; Specific territorialities.

Recebido 12/11/2012; Aceito 15/02/2013

¹ Marcelo Cunha Varella é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental/MPPT pela Universidade do Estado de Santa Catarina/UDESC. E-mail: mvarella@hotmail.com

² Letícia Ayumi Duarte é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental/MPPT pela Universidade do Estado de Santa Catarina/UDESC. E-mail: le cayumi@hotmail.com

³ Pedro Martins é doutor em Antropologia Social pela USP (2001). Atua como subcoordenador do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental/MPPT da Universidade do Estado de Santa Catarina/ UDESC. E-mail: weltermartins@yahoo.com.br

1. Introdução

O conflito territorial é decorrente da sobreposição de interesses e de visões sobre o uso e ocupação de uma determinada região. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é realizar uma análise dos fascículos do “Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil” disponíveis no seu sítio oficial, fascículos estes que revelam um contexto de conflitos territoriais explícitos, com o propósito de subsidiar outros mapeamentos participativos que apresentem conflitos da mesma ordem dos casos estudados⁴.

Pesou na escolha do tema a grande repercussão e contribuição da Nova Cartografia Social no âmbito das lutas dos movimentos sociais envolvidos e o conhecimento científico produzido no campo da cartografia social, antropologia, geografia, direito e outras áreas do conhecimento.

O Projeto está dividido em seis séries, cada uma contendo um número distinto de fascículos. A primeira, de 2005, é chamada de “Movimentos Sociais, Identidades Coletivas e Conflitos”. O “Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil”, de 2006, consiste na segunda série. Ela é fruto da expansão nacional do projeto inicial, e a integram os 13 fascículos aqui analisados. A série 3, também de 2006, é denominada “Conflitos nas Cidades da Amazônia”. As séries 4, 5 e 6 foram criadas em 2008 e são intituladas, respectivamente, “Crianças e adolescentes em Comunidades Tradicionais da Amazônia”, “Faxinalenses no sul do Brasil” e “Quilombolas do Sul do Brasil”.

Para atender ao objetivo traçado, foram levantados treze⁵ fascículos do Projeto disponibilizados no sítio oficial, analisado o contexto no qual foram desenvolvidos e verificado como as informações das comunidades envolvidas foram mapeadas. Como suporte à metodologia definida, foi realizada uma entrevista semiestruturada com um dos responsáveis pela produção do fascículo de número 9.

O texto que segue trata de apresentar uma breve revisão teórico-temática da proposta, uma discussão da autcartografia dentro dos limites do projeto analisado, a metodologia empregada no estudo dos fascículos e uma análise do conteúdo abordado – sem a pretensão de que seja exaustiva ou conclusiva.

O principal propósito deste texto, vale frisar, é contribuir com o debate em andamento, agregando um ponto de vista que revela mais uma possibilidade a ser explorada.

2. O conflito territorial e as territorialidades específicas

Antes de tudo, é importante ressaltar nossa visão acerca da própria categoria de “conflito territorial”. Vai ser aqui tratado, na verdade, não como um conceito formalizado, mas sim de maneira mais próxima daquilo que Almeida (2008a) denomina “noção operacional”: afinal, não se trata de definir exatamente o que é um conflito territorial, pois ele pode ter diversos significados que fazem sentido apenas no contexto no qual são observados. Sabe-se, por exemplo, que as Ciências Naturais trazem a ideia de território associada à

⁴ Uma versão preliminar deste texto foi apresentada em forma de comunicação ao I Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade (SEDRES), realizado na cidade do Rio de Janeiro, de 29 a 31 de agosto de 2012.

⁵ O recorte nesses 13 fascículos deve-se ao fato de serem os únicos disponibilizados no sítio oficial do projeto na época do levantamento inicial.

ecologia das espécies e às populações naturais (VALLEJO, 2002) e que, nesse contexto, um conflito territorial tem um sentido mais ligado à relação homem-natureza. Um bom exemplo desse tipo de conflito é apresentado no fascículo 12 do Projeto Nova Cartografia Social (PNCS, 2009), no qual se mapeia um conflito existente entre as baleias jubarte (*Megaptera novaeangliae*) e os pescadores de Caravelas/BA. A discussão que se pretende fomentar, no entanto, não é dessa ordem: aqui serão definidos conflitos territoriais os decorrentes da relação homem-homem, ou seja, que têm um cunho social.

Com o mesmo propósito, vale citar algumas ideias que permeiam a geografia crítica e que podem ajudar na discussão acerca deste tipo de conflito social. Historicamente, no mundo acadêmico, as discussões acerca do espaço sempre estiveram próximas à geografia. Essa disciplina, contudo, por muito tempo ateu-se mais às formas cristalizadas do espaço que às dinâmicas sociais que o transformavam. Neste sentido, Santos (1982) tentou compreender a própria história do espaço vinculada à história das sociedades. Para o autor, “o espaço, ele mesmo, é social” (p. 10), ou seja, o conteúdo do espaço é a sociedade, e não existe uma sociedade a-espacial, tampouco uma natureza a-social. Ainda que se possa argumentar contra o fato de o autor ignorar as determinações da relação homem-natureza (como a que acontece no caso de Caravelas/BA), a teoria da Formação Socioespacial de Santos auxilia a pensar sobre como certas sociedades historicamente determinadas desenvolvem seus modos de produção no lugar onde existem. A interpretação do território a partir da luta social pelo poder, enfim, permite perceber algumas nuances de como o capitalismo se desenvolve localmente.

Para a geografia crítica, a relação que o homem mantém com a natureza a fim de se reproduzir é de tal grau que se pode dizer que estes são indissociáveis. O espaço, assim, determina a sociedade da mesma maneira que ela o determina, dado que a organização espacial que o homem cria tem a capacidade de reproduzir suas principais linhas de força. As formas produzidas pelo homem outrora, assim, mantêm-se no tempo, mudando apenas o seu conteúdo (SANTOS, 1980). A alocação e a produção dessas formas, por sua vez, deve-se tanto “à herança, notadamente o espaço organizado, como ao atual, ao presente, representado pela ação do modo de produção ou um de seus momentos” (SANTOS, 1982, p. 16). Tal herança espacial pode ser notada nas próprias paisagens espaciais, como afirma Ab’Sáber (2003), a paisagem “é uma herança em todo o sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades” (AB’SÁBER, 2003, p. 9). Em suma, a maneira como uma sociedade usa e ocupa um lugar nas sociedades modernas é determinada pelos fatores sociais que se estendem para além do próprio lugar e pelas estruturas e técnicas produzidas pelas sociedades passadas nesse espaço.

Enfim, entende-se que o espaço pode ser compreendido em suas nuances sociais, onde se manifestam os objetos (naturais, sociais e geográficos) e a própria sociedade em movimento, de uma forma conjunta e indissociável, ou seja, “o conteúdo (a sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos)” (SANTOS, 1997, p. 27). Desta forma, aquilo que está corporificado pela sociedade está, também, corporificado nos espaços geográficos. Pode-se compreender, neste sentido, o espaço social através da categoria forma-conteúdo, que explicita que as formas geográficas/físicas/espaciais possuem funções determinadas pelo processo sócio-histórico.

Para Santos (1980, p. 122), o espaço social é um “conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente [...] que se manifestam através de processos e funções”, ou seja, o espaço contém formas sociais produzidas e reproduzidas de acordo com a necessidade do modo de produção. Por isso, este espaço social é, para a geografia crítica, um

campo de forças desiguais que permite diferentes evoluções espaciais. Santos (2006, p. 26) relata que as sociedades modernas experimentam, pela primeira vez na história, uma unicidade de técnicas (possibilitada pelo avanço da computação) que permite a imposição de uma mais-valia mundial. Isto, por sua vez, juntamente com outras características do atual modo de produção, permite a expansão do capitalismo num âmbito global, num processo denominado pelo autor de “globalitarismo”. Neste sentido, o autor entende que “atualmente as relações entre a sociedade e seu espaço-suporte não mais têm caráter privilegiado, mas dependem de uma determinação externa que tem o domínio deste espaço da orientação de sua produção e do destino de seus habitantes” (SANTOS, 2003, p. 138), ou seja, a relação homem-território não se mantém a partir da lógica exclusiva dos lugares, mas, do contrário, depende também de decisões externas. Assim, para o geógrafo, o homem deixa de ser “o ‘homem local’ e se torna o ‘homem mundial’” – o mesmo acontecendo com o espaço e seus lugares. Em outras palavras, as características desse capitalismo global encontram-se presentes em cada local.

Os habitantes históricos de cada lugar desenvolveram culturas específicas para sobreviverem nesses espaços. A cultura depende do lugar, tanto quanto a paisagem do lugar depende da cultura. A entrada do capitalismo em um lugar, contudo, traz consigo, entre outras coisas, o processo de alienação, no qual os produtos tanto do trabalho quanto da imaginação do homem tornam-se estranhos e opressivos a ele mesmo, fazendo com que o homem não se reconheça mais em sua própria produção (NETTO; BRAZ, 2010, p. 44). Nesse sentido, entende-se que, numa sociedade capitalista, as relações sociais que acontecem localmente não têm autonomia para decidirem inteiramente sobre o que farão no território que habitam, pois existem fatores externos (como, por exemplo, o Estado ou investidores) que determinam parte de suas vidas.

Ao constatar que o homem e sua presença são um todo único que representam um fato na Terra, Santos (1997, p. 91) afirma que “a ocupação que não se materializa é, todavia, politicamente existente”. Dentro da lógica burguesa, todos os espaços do globo acabam tendo um dono. A propriedade privada da terra é uma imposição a todas as lógicas sociais, indiferentemente do assentimento das pessoas e dos grupos sociais. Tal estratégia de dominação territorial é lançada pelo Estado que, como afirma Ianni (1988, p. 36), interpretando Marx, é representado pela “‘colossal superestrutura’ da sociedade capitalista, ao mesmo tempo que é o ‘poder organizado de uma classe’ social, a burguesia, sobre as outras”, ou seja, o Estado é um aparato, em última análise, da classe dominante. Através desta instituição, o processo de privatização da terra é oficializado, ignorando que muitos grupos sociais possuem um conhecimento tradicional que viabiliza o acesso “aos recursos naturais [de maneiras] não mediadas exclusivamente pelo direito de propriedade ou, mais precisamente, pela propriedade privada” (ALMEIDA, 2008a, p. 85).

Para Santos (1980, p. 122), “o espaço é o sistema formado de sistemas”, ou seja, dentro do espaço existem infinitos espaços. Sendo o espaço social o território, compreende-se que dentro dele podem existir vários territórios diferenciados: as maneiras de usar e ocupar o espaço variam de acordo com a cultura analisada. Neste sentido, cada cultura cria uma territorialidade que, para Sack (2011), é um conceito ligado às estratégias humanas para controlar pessoas e coisas em uma área. O autor complementa afirmando ser este o “meio pelo qual espaço e sociedade estão intrinsecamente inter-relacionados” (p. 63), com influência dos contextos sócio-históricos e com regência limitada no tempo. Em termos geográficos, a territorialidade possui, para o autor, ao menos, a incidência de uma dessas categorias: áreas classificadas em termos de ações possíveis/existentes; fronteiras (legais, estruturais, conceituais); controle ao acesso ou às coisas dentro dela.

Os conflitos territoriais de ordem social dos quais tratamos neste trabalho assumem um caráter específico que precisa ser aqui ressaltado. Deve-se ter em mente que conflitos desse tipo têm suas origens em tempos anteriores, dado que foi a privatização das terras no país (com a Primeira Lei de Terras – Lei nº 601 de 1850 – assinada pelo Imperador Pedro II) o que levou diversos ex-escravos e pobres a abandonarem suas vidas no campo (visto que, para possuir um pedaço de terra, a partir dessa Lei, era necessário registrá-lo em cartório e pagar uma taxa à Coroa) e migrarem para as cidades (STÉDILE, 1997). Para o autor, a partir dessa Lei, “surgiram os primeiros grandes movimentos camponeses, que tinham como principal bandeira o acesso mais fácil à terra” (STÉDILE, 1997, p. 11). Nesse sentido, existe uma luta social que acontece através da disputa pela terra e outra que se dá através da luta pelo território.

Segundo entende Douglas Ladik Antunes, “trabalhador rural sem terra é uma categoria própria. Trabalhador rural sem terra quer terra. É uma discussão que se fundamenta na lei de terras e pelo direito à terra na reforma agrária”⁶. O pesquisador relata um embate que vem acontecendo entre os *cipozeiros* (que assim se autoidentificaram no Projeto em questão) de Santa Catarina e Paraná. Um levantamento de dados realizado entre eles revelou que parte do grupo se identifica como sendo de “agricultores” ao invés de “cipozeiros”, levando-os a fazer uma luta política que, entre outros fatores, aborda a regularização fundiária. Acontece, no entanto, que a territorialidade desse grupo está associada principalmente ao uso do cipó Imbé (ANTUNES, 2011, p. 87), espécie que se encontra espalhada por uma vasta região, muito além das propriedades de cada cipozeiro, como exemplifica o texto do fascículo 9 do Projeto:

[...] o cipozeiro precisa da autorização do dono da terra onde está a floresta com cipó imbé – toda a área de uso dos cipozeiros em Garuva é propriedade privada. A maioria são fazendas de grandes empresas. Os acordos são diversos, variando em uma escala que vai da liberação sem restrições, passando pelo pagamento de taxas de uso, até conflitos armados. (PNCS, 2007i, p. 9).

Como se depreende, a luta desse grupo é por uma territorialidade específica, e não por uma terra qualquer. Existem traços culturais do grupo que exigem a relação permanente com um espaço específico para que possam se reproduzir. Da mesma forma que as demais situações estudadas, os cipozeiros estão envolvidos em um conflito territorial que os leva a lutar por uma territorialidade específica. Pode-se caracterizar esse conflito como uma luta pelo território, e não pela terra. Sobre isso, o pesquisador responsável pela cartografia dos cipozeiros afirma:

O cipozeiro quer o território, que é uma contextualização da cultura dentro de um determinado espaço e que tem uma definição política de forma de uso, de domínios técnicos, enfim. A discussão territorial vai mais longe, pois o lugar não é qualquer lugar, é aquele lugar. Então a discussão vai para a territorialidade específica, pois a comunidade tem o direito de autodefinição cultural.

⁶ Douglas Ladik Antunes é o pesquisador envolvido na produção do fascículo 9 do Projeto aqui abordado. Esta e outras “falas” que seguem foram retiradas da entrevista realizada em junho de 2012.

A partir de 1980, alguns movimentos sociais incorporaram “fatores étnicos, elementos de consciência ecológica e critérios de gênero e de autodefinição coletiva” (ALMEIDA, 2008b, p. 25). Esse movimento lutava pelo reconhecimento jurídico-formal de terras que historicamente eram ocupadas de acordo com o “uso comum e fatores culturais intrínsecos” (p. 25). É um movimento social que reivindica ao Estado não só novas classificações de identidades que correspondam ao modo como os próprios grupos se identificam, como também pode ser “objetivado” a partir daqueles que têm como fundamento as “lutas pela terra, pela afirmação de formas intrínsecas de se relacionar com a floresta e pela oficialização das línguas indígenas ou ainda nas lutas pelo reconhecimento de seus direitos territoriais” (p. 74). O movimento social, em suma, ao reivindicar uma nova identidade, afirma uma relação específica com o território que ocupa – é neste sentido que Almeida (2008b) cunha o conceito de “territorialidade específica” que, para ele, é representado pelas

delimitações físicas de determinadas unidades sociais que compõem os meandros de territórios etnicamente configurados. As “territorialidades específicas” [...] podem ser consideradas, portanto, como resultantes de diferentes processos sociais de territorialização e como delimitando dinamicamente terras de pertencimento coletivo que convergem para um território. (ALMEIDA, 2008b, p. 29).

Na linguagem da geografia crítica, pode-se analisar a frase do autor da seguinte forma: a territorialidade específica é um território que é produzido e, ao mesmo tempo, produz um determinado grupo social. Não podem ser descolados, desconectados: a relação homem-território é fundante em sua cultura, a qual determina o espaço por meio das formas como o usa e o ocupa e que o espaço a determina por meio do provimento de subsídios básicos a ela. É por isso que a luta por terra é diferente da luta pela territorialidade específica, e esta pode ser considerada uma forma-conteúdo: é uma forma geográfica (por suas delimitações físicas) que possui um conteúdo social, uma animação dada por um grupo social específico.

Alguns desses movimentos sociais que lutavam por novas identidades (e, conseqüentemente, por sua territorialidade específica) adotaram o uso de mapas para se autoidentificarem. De qualquer forma, não se pode esquecer que a cartografia implica em uma redução da complexidade territorial a uma “extensão quantificada, limitada e controlada” (ACSELRAD; COLI, 2008, p. 13) da realidade que pode servir de suporte à ação política, servindo como instrumento ordenador da produção espacial. Fazendo uma relação com o caso dos cipozeiros anteriormente citados, pode-se dizer que, tal qual no caso das quebradeiras de coco babaçu e dos castanheiros citados por Almeida (2008a, p. 146), o território específico desse grupo não corresponde “exatamente às manchas de incidências de espécies cartografadas no zoneamento ecológico-econômico”, e por isso a demarcação dos limites da territorialidade do grupo pode servir como instrumento de luta política pela regularização fundiária. Assim, é importante “distinguir a noção de terra daquela de território e assinalar que a categoria ‘imóvel rural’, usada pelo Incra, e ‘estabelecimento’, acionada pelo IBGE, já não bastam para se compreender a estrutura agrária” (p. 147). A territorialidade específica, quando mapeada, pode ser confrontada com outras territorialidades, de maneira que esses domínios se sobressaem e geram um conflito territorial de ordem social, em que “as superposições de domínios, as denominadas invasões e os intrusamentos materializam

interesses divergentes, manifestos em cada situação concreta, e explicitam a luta por uma definição legítima capaz de fazer valer suas pretensões” (ACSELRAD; COLI, 2008, p. 31).

Alguns dos movimentos sociais que realizavam o automapeamento a fim de registrar suas territorialidades específicas uniram-se à universidade, criando o Projeto Nova Cartografia Social. Um pouco da história e da metodologia empregada nesses mapeamentos serão abordados a seguir, na tentativa de demonstrar os enormes avanços conquistados por esses estudos, bem como se farão observações relativas à cartografia e à geografia crítica.

3. A Autocartografia e o Projeto Nova Cartografia Social

O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (promovida pelo Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia/UFAM e pela Fundação FORD) iniciou suas atividades em 2005 com o objetivo de possibilitar que povos e comunidades tradicionais da Amazônia realizassem o processo de autocartografia. Segundo o sítio oficial do Projeto⁷, a autocartografia é um instrumento de combate que permite, através de sua produção, a autoafirmação social dos grupos participantes. Os movimentos sociais que fazem parte desse processo manifestam suas identidades coletivas e suas especificidades sociais territorializadas. São justamente suas territorialidades específicas que validam a identidade coletiva pertinente ao movimento social. A partir desse processo, se torna possível aprofundar questões relativas ao contexto de ocupação das regiões a que esses movimentos sociais pertencem, demonstrando suas expressões culturais e fortalecendo, também, suas lutas.

As cartografias participativas constituem um “domínio social delimitado por premissas institucionais, culturais e cognitivas, no qual atores sociais orientam estrategicamente suas ações disputando legitimidade no âmbito das representações espaciais” (ACSELRAD; COLI, 2008, p. 17). Tal modalidade de estudo remonta às décadas de 1980 e 1990, quando algumas cartografias deixam de ser ferramentas de especialistas e passam ao controle da população, como os intelectuais que trabalhavam pelo viés da cartografia crítica ou, ainda, do SIG social (CRAMPTON; KRYEGER, 2008). Para Acselrad (2010, p. 9), é a partir da década de 1990 que os mapeamentos passam amplamente a incluir populações locais em trabalhos ligados à cartografia participativa.

Em 1990, uma série de experiências vem à tona, na chamada Guerra dos Mapas, quando se tentou “identificar e sistematizar os diferentes tipos de conflitos” (ACSELRAD; COLI, 2008, p. 29) em uma região que englobava parte do Pará, de Tocantins e do Maranhão, donde surgiu o livro “Carajás: a guerra dos mapas” (ALMEIDA, 1995). Nesses mapas, a contradição entre “região” (no sentido de uma imposição de limites físicos pautados em um interesse e de um ponto de vista) e “território” (espaço ocupado e vivido) tornava-se explícita por meio das “superposições de domínios”. Segundo Acselrad e Coli (2008, p. 25), no Brasil, sob diversos nomes, até 2008 existiam 118 experiências desse tipo, na maioria representando a “delimitação de territórios e territorialidades identitárias” (47,6%) ou oferecendo subsídios para “a discussão sobre o desenvolvimento local” (12,75%). De maneira geral, pode-se afirmar que os estudos de cartografia social no Brasil voltam-se “à afirmação identitária e territorial de grupos subalternos” (ACSELRAD; COLI, 2008, p. 40).

⁷ Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. Disponível em: <<http://www.novacartografiasocial.com>>. Acesso em: 11 abr. 2012.

Atualmente, o Projeto é referência nacional em termos de autoidentificação de grupos sociais, tanto pelo número de publicações e de grupos diferentes identificados quanto pelas conquistas sociais decorrentes em parte do próprio Projeto. Como exemplo disso, pode-se citar o caso da cartografia social dos faxinalenses (PNCS, 2007a), cujos estudos deram-se em 2006: um ano depois, de acordo com Souza (2007, p. 579), o grupo, em parceria com a Rede Puxirão, conseguiu convencer o Estado a criar uma Comissão Fundiária para os Faxinais (ordem de serviço número 22, de 2006).

A metodologia do “Projeto” consiste no contato inicial feito pelo grupo que deseja elaborar sua cartografia. Em seguida, o Projeto oferece uma oficina para aproximadamente 30 agentes sociais, em conjunto com a equipe de pesquisadores do projeto. A oficina de mapas possibilita a capacitação dos agentes acerca de técnicas de mapeamento e uso do GPS, além de propiciar a coleta de depoimentos sobre questões-chave referentes à comunidade. Os agentes realizam croquis da região, que permitem o mapeamento e levantamento de dados relevantes. Em encontros exclusivos dos agentes sociais, são marcados com o GPS os pontos que consideraram importantes. A próxima fase consiste na coleta desses pontos pela equipe de pesquisadores com o fim de georreferenciá-las em uma base cartográfica e acrescentar ilustrações produzidas pelos agentes, que posteriormente se transformarão em ícones para a legenda dos mapas. Além das ilustrações, inserem-se também os depoimentos da comunidade selecionados para o fascículo.

O protótipo do fascículo é enviado à comunidade para aprovação ou correção e, então, são publicadas mil cópias da versão final. Os fascículos impressos são distribuídos, em sua maioria, para o movimento social e, em menor número, para o projeto, que os direciona para pesquisadores, universidades e órgãos estatais.

O Projeto Nova Cartografia Social vem permitindo que muitas comunidades, tradicionais ou não, discutam com o poder público questões relativas aos seus direitos culturais e/ou territoriais. De acordo com o sítio oficial do Projeto, de março de 2005 a janeiro de 2009 foram produzidos 70 fascículos, 13 livros e um mapa síntese abordando as mais distintas territorialidades e situações. A equipe do projeto era formada nesse período por 19 doutores das áreas de Geografia, Antropologia, Biologia, Direito, História e Sociologia, além de 14 doutorandos, 22 mestres, 16 mestrandos, 7 especialistas, 12 bacharéis e 10 bacharelados.

4. Metodologia

Para a presente pesquisa, optou-se por uma análise quali-quantitativa, visando aprofundar o entendimento do objeto de estudo, de suas dinâmicas e das implicações de sua utilização. Foi então realizada uma revisão bibliográfica sobre cartografia social, sobre o projeto Nova Cartografia, um levantamento documental dos fascículos disponíveis e uma entrevista semiestruturada com um pesquisador participante do fascículo 9 da série Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. Posteriormente, a fim de comparar os trabalhos entre si, foram levantados aspectos relacionados às cartografias condizentes com o uso dos elementos de representação geométrica do espaço.

O projeto Nova Cartografia já tem um histórico de sete anos e diversos grupos sociais contemplados. Desta forma, optou-se por fazer um recorte e analisar os 13 fascículos da série 2, disponíveis no sítio oficial do projeto. A escolha da segunda série decorreu do fato de ser a

única com abrangência nacional, além da possibilidade de contato com um dos pesquisadores responsáveis pela produção de uma das cartografias da série.

Assim, adotamos a perspectiva estruturalista da cartografia, ou seja, entendemos um mapa como uma construção social que se configura como uma representação do mundo real que se expressa na sua leitura e que visa traduzir o ambiente físico e social em uma simbologia gráfica. Neste sentido, é importante ressaltar que a produção de um mapa sempre retratará uma determinada realidade, captada por um determinado sujeito, num dado momento histórico. A produção de um documento cartográfico, portanto, é gerada por uma intenção de comunicar algo e de interpretar um espaço e suas relações, sendo fundamental haver linguagem gráfica clara para que esse conteúdo se torne compreensível para quem o lê (RODRIGUES; SOUZA, 2008).

A representação gráfica torna-se um conceito fundamental para a cartografia. Trata-se do sistema de signos utilizados em um mapa que possibilitam reproduzir relações de diferença, ordem ou proporcionalidade entre elementos físicos da realidade. A informação traduzida numa imagem visual pode ser passada ao plano do papel a partir de elementos de representação geométrica do espaço, sendo estes apresentados na forma de um ponto ou de uma linha, de uma área ou de um volume (RODRIGUES; SOUZA, 2008). Para estes mesmos autores, o ponto seria utilizado para representar unicamente uma posição, uma localização, a fim de mapear algo em que não se tenciona expressar uma dimensão espacial. A linha, por sua vez, representa direções e/ou traçados, sendo sempre unidimensional. Já a área é bidimensional e visa simbolizar elementos que ocupam certa extensão sobre a superfície, representando, então, largura e comprimento. O volume retrata o comprimento, altura e largura de um elemento.

Neste estudo, foram levantados os 13 fascículos disponíveis no sítio oficial relativos ao Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil e analisado o contexto de cada mapeamento. Verificou-se que em apenas um dos fascículos (o número 18 – PNCS, 2010), o conflito territorial não estava presente. Assim, o foco das análises cartográficas realizadas concentrou-se nesses treze fascículos, conforme apresentado na Tabela 1. Feita esta primeira discriminação, passamos a analisar, num viés quantitativo, quais representações gráficas eram usadas em cada mapa e quantas informações diferentes suas legendas exprimiam. Devido à característica dos mapas estudados, não foi analisado o volume, pelo fato de não utilizarem esse elemento de representação. Nosso objetivo em levantar a maneira como as informações são apresentadas visa, sobretudo, compreender como está sendo feita a representação das territorialidades específicas que os grupos desejam demonstrar.

5. O que os fascículos revelam sobre o conteúdo do Projeto

Conforme aponta Antunes (2011, p. 116), antes de tudo, para quem “a cartografia social é normalmente realizada na abrangência territorial da cultura em estudo”, ou seja, ainda que não seja a territorialidade específica o foco das cartografias sociais, geralmente acabam desenvolvendo estudos nessa área. Essa constatação serve para este trabalho, dado que está sendo discutida a territorialidade específica dos grupos sociais autocartografados a partir da abrangência territorial de suas culturas. Para isso, foi elaborada a Tabela 1, a fim de analisar como algumas cartografias sociais que tratam de assuntos relativos, entre outras coisas, ao

conflito territorial dado pela sobreposição de territorialidades, vêm apresentando as territorialidades específicas desses grupos.

TABELA 1 – Classificação dos contextos sociais e dos elementos de representação contidos nos fascículos estudados

NºF ¹	Contexto social do grupo	Ponto ²	Linha ²	Área ²	Legendas ³
1-PNCS, 2007a	Conflito territorial com fazendeiros/madeireiras.	46	5	10	61
2-PNCS, 2007b	Conflito territorial com fazendeiros, mineradoras, grilagem e possível remoção para instalação de Unidade de Conservação (UC).	49	5	4	58
3-PNCS, 2007c	Conflito territorial com agroindústria e mineradoras.	17	4	4	25
4-PNCS, 2007d	Conflito territorial com fazendeiros e Estado (Ibama).	57	X	2	59
5-PNCS, 2007e	Conflito territorial com UC.	26	2	X	28
6-PNCS, 2007f	Conflito territorial com fazendeiros e Estado.	29	0	0	29
7-PNCS, 2007g	Conflito territorial com Pesca ilegal de barcos geleiros e tartarugueiros.	25	1	8	34
8-PNCS, 2007h	Conflito territorial com empresa de celulose.	34	X	1	35
9-PNCS, 2007i	Conflito territorial com propriedade privada e Estado.	16	5	6	27
10-PNCS, 2007j	Conflito territorial com propriedade privada, Estado e UC.	15	3	1	19
11-PNCS, 2008	Conflito territorial sem identificação do antagonista social.	41	4	2	47
12-PNCS, 2009	Conflito ambiental com baleias e conflito territorial com barcos.	15	5	4	24
18-PNCS, 2010	Não apresenta conflito territorial	13	0	0	13

Nota: ¹ Fascículo; ² Informações apresentadas por tipo de elemento de representação geométrica do espaço; ³ Total de informações representadas na legenda do mapa.

Pode-se perceber que o conflito territorial não é o que motiva todos os grupos a fazerem a cartografia social – exatamente como se propõe a fazer o Projeto. O fascículo 18 (PNCS, 2010), como já mencionado, não representa um conflito, identifica alguns grupos sociais. No entanto, fora este, todos os outros apresentaram conflito territorial pela sobreposição de territorialidades: o que demonstra que esta faceta não só é recorrente entre aqueles que buscam o mapeamento, como também aponta para a necessidade de se criar instrumentos e de se acumular informações acerca das territorialidades específicas desses grupos, a fim de se poder discutir com o Estado questões relativas à regularização fundiária dessas áreas, como vem sendo discutido com o grupo dos faxinalenses. Percebe-se pela

coluna “contexto social do grupo” que em um dos casos, fascículo 11 (PNCS, 2008), não é apresentado o agente antagonista ao movimento, não se podendo compreender quem são os envolvidos nessa relação conflituosa. De um modo geral, porém, percebe-se que geralmente os antagonistas são o Estado (representado geralmente pelos órgãos ambientais e unidades de conservação) e empresários que exploram recursos naturais (como fazendeiros e mineradoras).

Ao analisar a Tabela 1, é possível notar também uma predileção desses estudos na utilização do elemento geométrico de representação do espaço do tipo ponto. É importante lembrar que a escolha de cada elemento depende do objetivo do mapa. Assim, é notável a quantidade de pontos que nos mapas estudados representam o conteúdo social que anima as territorialidades. Utilizam-se pontos não para se identificar uma localização específica, como supõe a cartografia, mas, ao contrário, para demonstrar aspectos que se estendem por uma área. Aparentemente, desta forma os grupos mapeados não podem utilizar a cartografia social para tentar regularizar suas territorialidades específicas diante do Estado, uma vez que não representam a sua forma.

Esse aspecto, aliás, não é desconsiderado durante os mapeamentos. Percebe-se que, dos 13 fascículos analisados, em apenas 4 não se fazia uso concomitante dos três elementos de representação geométrica do espaço. Isso demonstra que existia uma consciência por parte dos envolvidos no mapeamento da função monossêmica desses três elementos. Não se trata, portanto, de desconhecer o uso desses instrumentos técnicos, mas de uma opção por parte dos envolvidos. Sendo essa parte mais técnica do mapeamento um conhecimento trazido (conscientemente ou não) pelos pesquisadores, não se pode deixar de perguntar qual a intenção dos envolvidos no mapeamento (grupo social e pesquisadores) em ocultar a dimensão final da territorialidade específica do grupo. Tem-se a clareza de que, muitas vezes, não demonstrar os limites da territorialidade específica se conforma em uma estratégia dos próprios grupos mapeados e que, em outras vezes, a falta de recursos técnicos, financeiros e a própria disponibilidade de tempo hábil para a realização da pesquisa podem levar à ausência dessa informação – como no caso relatado por Douglas Ladik Antunes. Esse apontamento, contudo, não tenciona ser uma crítica aos mapas e ao processo de mapeamento, e sim uma pergunta que se levanta, à medida que a territorialidade específica do grupo é o foco dos conflitos territoriais dos casos estudados.

Alguns mapas apresentam áreas delimitadas, conforme registrado na Tabela 2, abaixo:

TABELA 2 – Conteúdos representados pelo elemento de representação geométrica do espaço em cada fascículo

Fascículo Cartografia	Conteúdo representado pela área
1	Área de abrangência de vegetação; Legislação; Unidades de conservação.
2	Hidrografia; Área de abrangência de vegetação.
3	Área de terra titulada; Área de terra em processo de titulação; Área usurpada por empresa privada; Área desmatada.
4	Divisão geográfica.
5	X
6	Terra indígena.
7	Área de abrangência de vegetação; Divisão Geográfica; Terra indígena.
8	Ocupação.
9	Uso e ocupação do solo; Área de abrangência de vegetação.
10	Unidade de Conservação.
11	Área de abrangência de vegetação.
12	Área de abrangência de espécie animal; Unidades de Conservação; Dragagem.

Se por um lado os mapas do Projeto não evidenciam as formas geográficas, por outro apresentam bem o conteúdo que as anima pelo uso de pontos. As informações representadas por áreas nos mapas acabam se restringindo geralmente aos limites legais de áreas gerenciadas pelo Estado (como limites político-administrativos de Unidades de Conservação e de municípios, ou áreas de proteção ambiental) ou ambientais (como os recursos hídricos e a abrangência de vegetações). Pelo fato de as áreas não terem sido utilizadas para representar a territorialidade específica, não se consegue perceber onde acontece exatamente, nem qual é a extensão territorial dos conflitos (devemos lembrar que entendemos esses conflitos como a ocorrência concomitante de interesses de grupos diferentes sobre um mesmo território) representados nos mapas. Grilagens e conflitos com Unidades de Conservação, por exemplo, muitas vezes não podem ser identificados pelos mapas – a exemplo disso, tome-se o fascículo 3 (PNCS, 2007c), o qual apresenta diversos relatos sobre grilagem e, no entanto, não se consegue notá-los no mapa (nem por legenda, nem por área). É como se a escolha por determinadas formas de representação em alguns mapas que possuem o conflito territorial pela sobreposição de territorialidades tornassem esses conflitos invisíveis. Em outros casos, talvez não faça sentido tentar expressar o conflito territorial por área, quando o conteúdo em si é mais importante que a forma – como nos casos de ameaças ou mortes, exemplificados no fascículo 1 (PNCS, 2007).

O uso de áreas para representar aspectos externos à territorialidade específica dos grupos não é uma regra dentro da cartografia social, como demonstra o fascículo 3 (este, aliás, é uma exceção entre os fascículos estudados). Essa cartografia utiliza o elemento da área para demonstrar não só as áreas que pertencem ao grupo (sejam elas legalizadas ou não), mas também as que foram tomadas por empresas. Ainda assim, o fascículo não especifica se o total dessas áreas representa ou não a territorialidade específica do grupo.

6. Algumas considerações

A iniciativa do Projeto aqui estudado é resultado da relação entre grupos sociais e pesquisadores e, por isso, cada cartografia tem “a cara” dessa relação. Apesar de ser um processo de autcartografia, o resultado nunca se configura como sendo exclusivamente da comunidade ou dos pesquisadores. O pesquisador detém o conhecimento mais específico e a técnica que diz respeito à própria construção do mapa, enquanto o grupo social apresenta o conhecimento local que anima e dá sentido à técnica da cartografia social. Este é um dos fatores que faz da Nova Cartografia Social um projeto de extrema importância no propósito de dar visibilidade a grupos que apresentam diferentes lógicas culturais e territoriais. Pode-se dizer que o projeto tenta aliar o conhecimento científico ao tradicional – este último muitas vezes considerado pelas ciências modernas como forma inválida de produção do conhecimento.

Identificou-se durante a entrevista com Douglas Ladik Antunes que a cartografia tem sua importância não somente pelo fato de o mapa se configurar um documento válido para a efetivação de direitos perante o Estado, mas também porque atua como um instrumento de mobilização política dentro dos grupos que, ao participarem do processo de autcartografia, passam a perceber suas lutas de maneira mais clara e politizada, o que pode gerar uma articulação mais organizada e direcionada. Segundo o pesquisador,

O processo de construção da autcartografia é o processo do próprio grupo se representar. Embora existam limites na representação, ela é mais importante como processo do que como produto final. O mapa é dinâmico e não deve parar. A luta do grupo não deve ser a elaboração do mapa, ele é só um instrumento, parte de um processo que não deve acabar nunca.

Assim, os movimentos sociais que se mobilizam para discutir suas peculiaridades culturais através de mapas podem conseguir dar visibilidade a grupos sociais que outrora eram desconsiderados – no sentido de que muitas territorialidades específicas não são apresentadas em mapas oficiais e, sem tais mapas, se deduz falsamente tratar-se de “vazios demográficos” (ALMEIDA, 2008a, p. 33).

Muito além de uma crítica aos pesquisadores envolvidos ou de uma tentativa em convencionar ou padronizar a elaboração dos mapas do Projeto, a intenção deste trabalho foi reafirmar que os princípios científicos dos elementos de representação geométrica do espaço são monossêmicos, tanto para o comunicador quanto para o receptor da informação – tanto que, em quase todos os mapas estudados, foram utilizadas as três variáveis estudadas (a saber: ponto, linha e área). Acredita-se, portanto, que uma das contribuições deste trabalho é constatar que, tendo a territorialidade específica um limite geográfico, e sendo esse limite importante para a resolução dos impasses relativos aos conflitos territoriais dessa ordem, o único elemento representativo que pode representar uma territorialidade específica é a área, pois, de acordo com Rodrigues e Souza (2008, p. 72), a área trata de fazer a “representação de elementos que ocupam ou pressupõem ocupar uma dada extensão sobre uma determinada superfície”.

Ainda sobre esses autores, não se pode deixar de fazer menção à ideia final que trazem em seu artigo: a representação gráfica deve ser utilizada a fim de revelar o conteúdo da informação (RODRIGUES; SOUZA, 2008, p. 75). Para tanto, deve ser possível compreender a relação que existe entre os signos. Nesse sentido, os autores lembram que a falta de legendas para representar todos os signos dos mapas, como no fascículo 5 (PNCS, 2007e), em que não há legenda para identificar o que está sendo representado pelas cores por onde se assentam as informações do mapa e a utilização de certos elementos de representação espacial em detrimento de outros pode dificultar certas interpretações do mapa. Ao optar pela utilização de pontos ao invés de áreas, por exemplo, perdemos de vista a extensão espacial da informação representada – tome-se como exemplo o fascículo 11 (PNCS, 2008), em que várias informações circundam o ponto “núcleo do assentamento” (que, por assim o ser, certamente possui limites legais), mas que não se pode identificar se ocorrem dentro ou fora dele: afinal, ao representar o assentamento como um ponto, deixou-se de lado a sua extensão, bem como se optou por não fazer uma diferenciação entre o “dentro e o fora” desse lugar – ou seja, a informação não é revelada.

Vale reafirmar que se sabe da importância da cartografia social como um processo. Afinal, enquanto documento em sua íntegra, a cartografia apresenta diversas referências que salvam o dito pelo grupo e, assim, oferecem uma série de informações que transmitem aspectos de como o grupo se enxerga e como enxerga o lugar onde vive. Além de servirem na luta contra a invisibilidade que muitos grupos sofrem, pela análise dos fascículos foi possível compreender um pouco alguns aspectos que fundamentam suas denúncias, suas culturas e suas mobilizações. Nesse sentido, os mapas que estão contidos nesses documentos podem acabar gerando um efeito contrário ao que se espera que o documento faça, ou seja, ao invés de revelar informações, pode ocultá-las. Sendo os casos estudados permeados por conflitos territoriais provindos da sobreposição de territorialidades, e sendo o mapa um instrumento de representação do espaço, acreditamos que tais conflitos podem ser, por vezes, ocultados nos mapas – ainda que sejam revelados nos relatos dos moradores. Enquanto a ausência desta informação no mapa for uma estratégia proposital e consciente (visando, por exemplo, a própria segurança dos mapeados), isto se torna um mero detalhe. Mas se, do contrário, a informação for ocultada de maneira não intencional, então se pode estar perdendo uma ferramenta importante (que é o próprio mapa enquanto instrumento político) para a resolução desses conflitos. Em qualquer caso, sempre é válido ressaltar que se deve pensar sobre quais são os melhores elementos de representação geométrica do espaço para explicitar a territorialidade específica dos grupos mapeados.

As questões trabalhadas neste artigo talvez tenham mais sentido se forem demonstradas as consequências por meio de um exemplo prático, no qual se possa perceber a importância da consideração da territorialidade específica como uma forma-conteúdo a ser representada nos mapas. No litoral do Paraná vivem diferentes grupos sociais que se autoidentificam como caiçaras e pescadores artesanais e que estão atualmente em conflito territorial direto com o Estado. Acontece que uma territorialidade estatal do tipo Unidade de Conservação de Proteção Integral foi implantada sobre as territorialidades específicas desses grupos. Sendo a UC em questão um Parque Nacional, teoricamente não deveria haver ninguém vivendo em seu interior. Para sanar o conflito, antes de qualquer coisa, o Parque precisa ter um plano de manejo elaborado e instituído. Marcelo Bresolin, chefe desse Parque Nacional (denominado Parque Nacional de Superagui), em entrevista ao sítio da Rede Pró-UC, em 29 de setembro de 2009, afirmou que “as prioridades da atual gestão são a elaboração de um plano de manejo – enxuto, executável e com foco em resultados e o encaminhamento de

regularização fundiária”⁸. Apesar do tempo transcorrido desde a entrevista, o Plano de Manejo do Parque Nacional em questão nunca foi realizado. Ainda assim, deve-se fazer esta pergunta: Quando o chefe falou na regularização fundiária desses grupos sociais, de que espaço estava falando? De uma terra qualquer (como um lote) ou de uma territorialidade específica?

Acsehrad e Coli (2008, p. 41) afirmam que:

[...] se o mapeamento participativo se pretende parte de um contra-projeto de ordem científica, visando a questionar os pressupostos ocultos da ciência da informação geográfica no que diz respeito a seus efeitos sociais, seu eventual sucesso enquanto tal deve estar associado a processos concretos de democratização do território e do acesso a seus recursos, e não à configuração de uma simples expressão espacial da ideologia do desenvolvimento.

Claro que a resposta às questões colocadas tem muito mais a ver com a intenção política dos envolvidos do que com as técnicas que serão utilizadas, mas, ainda assim, não podemos esquecer que as técnicas estão sendo utilizadas na manutenção da ordem social, do contrário, podem também servir para contestá-la.

7. Nota final

A representação das territorialidades específicas nas cartografias sociais por meio de área pode contribuir para que este Projeto ou outros modelos de mapeamentos participativos que tenham como fundo os conflitos territoriais de ordem social, dados pela sobreposição de interesses de grupos sociais diferentes em uma mesma área, consigam discutir questões além da visibilidade de um grupo. A incorporação desse elemento de representação espacial permite que se discuta ante o poder público a regularização fundiária dessas territorialidades, sendo que esses mapas, assim, serviriam como subsídio não só à autoidentificação, mas também à própria democratização do território.

As territorialidades específicas representadas nos mapas demonstram bem seu conteúdo, mas não suas formas. Se, por um lado, os mapas são parte do processo de mobilização das comunidades (e não seu fim), por outro podem ser, também, instrumentos de reivindicação dessas comunidades pelo poder de uso e/ou apropriação do território historicamente ocupado e que agora lhes é negado – mas isso só pode acontecer se as territorialidades estiverem representadas em seus limites físicos.

⁸ REDE PRÓ UC. Entrevista com Marcelo Bresolim – Parque Nacional de Superagui. Disponível em <<http://www.redeprouc.org.br>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os Domínios de Natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ACSELRAD, Henri. Mapeamento, identidades e territórios. In: **Cartografia Social e Dinâmicas Territoriais**: marcos para o debate. Rio de Janeiro: UFPR/IPPUR, 2010. p. 9-46.
- ACSELRAD, Henri; COLI, Luis Régis. Disputas territoriais e disputas cartográficas. In: **Cartografias Sociais e Território**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. p. 13-44.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Carajás**: a guerra dos mapas. 2. ed. Belém: SPDH, 1995.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Antropologia dos Arquivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008a.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de Quilombo, Terras Indígenas, "Babaçuais Livre", "Castanhais do Povo", Faxinais e Fundos de Pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. 2. ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008b.
- ANTUNES, Douglas Ladik. **Cipozeiros em Movimento**: cultura material, conflitos territoriais e relações educativas em design. 2011. Tese (Doutorado em Design) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- CRAMPTON, Jeremy; KRYGIER, John. Uma introdução à cartografia crítica. In: **Cartografias Sociais e Território**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. p. 85-112.
- IANNI, Octavio (Org.). **Marx**: sociologia. São Paulo: Ática, 1988.
- NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- PNCS – Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. **Povos dos Faxinais, Paraná**. Brasília, 2007a. (Fascículo 1).
- PNCS – Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. **Fundos de Pasto: nosso jeito de viver no sertão, Lago do Sobradinho, Bahia**. Brasília, 2007b. (Fascículo 2).
- PNCS – Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. **Quilombolas de Jambuaçú – Mojú, Pará**. Brasília, 2007c. (Fascículo 3).
- PNCS – Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. **Comunidades dos pescadores e pescadoras artesanais mostrando sua cara, vez e voz, Submédio e Baixo São Francisco**. Brasília, 2007d. (Fascículo 4).
- PNCS – Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. **Ribeirinhos e Quilombolas, ex-moradores do Parque Nacional do Jaú, Novo Airão, Amazonas**. Brasília, 2007e. (Fascículo 5).
- PNCS – Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. **Quilombolas de Conceição das Crioulas**. Brasília, 2007f. (Fascículo 6).
- PNCS – Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. **Ribeirinhos e Artesãos de Itaquera, Gaspar, Barreira Branca e São Pedro – Rio Jauaperi, Roraima e Amazonas**. Brasília, 2007g. (Fascículo 7).

- PNCS – Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. **Quilombolas de Linharinho, Espírito Santo**. Brasília, 2007h. (Fascículo 8).
- PNCS – Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. **Cipozeiros de Garuva, Santa Catarina**. Florianópolis, 2007i. (Fascículo 9).
- PNCS – Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. **Povoado Pantaneiro de Joselândia**. Brasília, 2007j. (Fascículo 10).
- PNCS – Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. **Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha Fundão**. Guarapuava, 2008. (Fascículo 11).
- PNCS – Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. **Comunidade de pescadores de Caravelas**. Manaus, 2009. (Fascículo 12).
- PNCS – Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. **Capoeira da Ilha: Florianópolis – Ilha de Santa Catarina**. Manaus: Edições UEA, 2010. (Fascículo 18).
- RODRIGUES, Sílvio Carlos; SOUZA, Luis Humberto de Freitas. Comunicação Gráfica: bases conceituais para o entendimento da linguagem cartográfica. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 23, p. 65-76, 2008.
- SACK, Robert David. O significado de territorialidade. In: DIAS, Leila Cristina; FERRARI, Maristela (Org.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular, 2011. p. 63-90.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1980.
- SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade (Ensaio)**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, Milton. **Economia Espacial: críticas e alternativas**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003.
- SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SOUSA, Roberto Martins. Da invisibilidade para a existência coletiva: redefinindo fronteiras étnicas e territoriais mediados pela construção da identidade coletiva de Povos Faxinalenses. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2., 2007, Florianópolis, **Anais...** Florianópolis: UFSC/NPMS, 2007.
- STÉDILE, João Pedro. **Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Atual, 1997.
- VALLEJO, Luiz Renato. Unidades de conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas. **Geographia**, Niterói, v. 4, n. 8, p. 51-72, 2002.